Revista VIDERE
v. 13, n. 26
Jan./Abr., 2021
p. 138 - 169
ISSN: 2177-7837

O SISTEMA/MUNDO COLONIAL/MODERNO E A NATUREZA: REFLEXÕES PRELIMINARES

THE MODERN/COLONIAL WORLD/SYSTEM AND NATURE: PRELIMINARY REFLECTIONS

EL SISTEMA/MUNDO COLONIAL/MODERNO Y LA NATURALEZA: REFLEXIONES PRELIMINARES

Rodrigo Ozelame da Silva
Mestre em Agroecologia e Des. Rural Sus. (UFFS)
Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade/UFPR)
E-mail:rodrigoozelame@gmail.com
OrciD: https://orcid.org/0000-0002-9292-0204

Carolina dos Anjos de Borba
Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS)
Professora da Universidade Federal do Paraná (PPGMade/PPGE)
E-mail: carolzinhadosanjos@gmail.com
OrciD: https://orcid.org/0000-0003-3690-9411

Carina Catiana Foppa
Doutora em Educação Ambiental (FURG)
Professora da Universidade Federal do Paraná (PPGMade /Setor Educação)
E-mail: ccfoppa@gmail.com
OrciD: https://orcid.org/0000-0001-8338-9282

Resumo: Este ensaio tem como objetivo, a partir da perspectiva do grupo modernidade/colonialidade, analisar a estrutura e o funcionamento do sistema/mundo colonial/moderno e sua repercussão na natureza, expressos na ideia de colonialidade da natureza. A justificativa é baseada na urgência de visibilizar, valorizar e (re)construir relações entre seres humanos e natureza que vá além da lógica da dominação/exploração. Para isso, foram elaborados mapas mentais e quadros sínteses para explicar as ideias-forças de sete conceitos-chaves: sistema/mundo colonial/moderno; colonialismo; colonialidade; resistências; decolonialidade; colonialidade da natureza; e decolonialidade da natureza. Como reflexões preliminares, destaca-se a identificação de dois paradigmas contraditórios do sistema/mundo: o primeiro, pautado no colonialismo e na colonialidade, conduz um projeto de morte para a América Latina, enquanto o segundo, alicerçado nas resistências latino-americanas e na decolonialidade, visa construir projetos que promovam vida para a região.

Palavras-chave: Decolonialidade da natureza. colonialidade da natureza. resistências. América Latina. grupo modernidade/colonialidade. mapa mental.

Abstract: This essay aims to analyze the structure and functioning of the colonial/modern world/system and its repercussion on nature, from the perspective of the modernity/coloniality group, expressed in the idea of coloniality of nature. This research is justified by the urgency of making visible, valuing, and (re)building relationships between human beings and nature that transpose the logic of domination/exploitation. We elaborated mind maps and tableaus to explain the idea-force of seven key concepts: colonial/modern world/system; colonialism; coloniality; resistances; decoloniality; coloniality of nature; and decoloniality of nature. As preliminary reflections, we identified two contradictory paradigms of the world/system: the first, based on colonialism and coloniality, leads to a death project for Latin America, and the second, based on Latin American resistance and decoloniality, aims to build projects that promote life for the region.

Keywords: Decoloniality of nature. coloniality of nature. resistance. Latin America. modernity/coloniality group. mind map.

Resumen: Este ensayo tiene como objetivo, desde la perspectiva del grupo modernidad/ colonialidad, analizar la estructura y funcionamiento del sistema/mundo colonial/moderno y su repercusión en la naturaleza, expresada en la idea de colonialidad de la naturaleza. La justificación se basa en la urgencia de visibilizar, valorar y (re)construir relaciones entre el ser humano y la naturaleza que van más allá de la lógica de dominación/explotación. Se han desarrollado mapas mentales y cuadros para explicar la idea de siete conceptos clave: sistema/mundo colonial/moderno; colonialismo; colonialidad; resistencias; decolonialidad; colonialidad de la naturaleza; y decolonialidad de la naturaleza. Como reflexiones preliminares, destacamos la identificación de dos paradigmas contradictorios del sistema/mundo: el primero, basado en el colonialismo y la colonialidad, lidera un proyecto de muerte para América Latina, mientras que el segundo, basado en las resistencias y la decolonialidad latinoamericanas, apunta a construir proyectos que promuevan la vida de la región.

Palabras clave: Decolonialidad de la naturaleza. colonialidad de la naturaleza. resistencias. América Latina. grupo modernidad/colonialidad. mapa mental.

1 Primeiras palavras[1]

Em 1942, em busca de uma nova rota para as Índias, o europeu Cristóvão Colombo, comandante da frota espanhola, chegou, acidentalmente a uma ilha que foi chamada de São Salvador, a atual Bahamas. O que se imaginava ser parte das Índias era, na realidade, o arquipélago das Antilhas. Mais tarde, perceberam que haviam descoberto um novo mundo: a América. Em 1494, mediados pela Igreja Católica, Portugal e Espanha (as potências da época)

[1] O uso de "Primeiras palavras" em substituição à "Introdução" é uma analogia a Paulo Freire, que utiliza a expressão no início de suas obras, e uma provocação para, com o oprimido, construirmos pesquisas e ações a partir de uma perspectiva latino-americana.

assinaram o Tratado de Tordesilhas, separando as terras descobertas e a serem descobertas, com base em um meridiano localizado a 370 léguas a oeste da ilha de Cabo Verde. Iniciou-se então o período colonial, época de grandes descobertas. A história prosseguiu: descoberta do Brasil; divisão em capitanias hereditárias; independência do Brasil; fim da escravidão; inserção no capitalismo global; busca de sair do subdesenvolvimento para o desenvolvimento e; afins.

Essa narrativa é tão arraigada quanto questionada atualmente. Este trabalho se posiciona com os questionamentos e, espera-se, apresentar um ponto de vista outro. Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que **a América não foi descoberta, mas invadida!** A partir do sentimento de inquietação dessa frase (mais do que o conteúdo, pois o termo América é uma criação europeia), este ensaio se alinha com a perspectiva teórica que defende a existência de um sistema/mundo colonial/moderno que emergiu com a invasão da América (QUIJANO & WALLERSTEIN, 1992). O conceito de sistema/mundo se refere a um modelo civilizatório composto por um emaranhado de dimensões que afeta todo o planeta (WALLERSTEIN, 2012), enquanto a noção de moderno/colonial denuncia o lado obscuro da modernidade e a invasão da América como gênese de tal sistema (DUSSEL, 2005; MIGNOLO, 2017).

O aspecto moderno/colonial, baseado em uma lógica de dominação/exploração, pretende impor ao sistema/mundo um modo único existir, onde a ciência moderna é a única forma e validar o conhecimento (MIGNOLO, 2017); o capitalismo é transformado no universal modelo econômico e o lucro o principal objetivo das atividade humana (WALLERSTEIN, 2012); o patriarcado e a heterossexualidade são as únicas relações e identidades de gênero possíveis (LUGONES, 2014); às relações de poder são fundamentadas em uma hierarquia racial, na qual o homem branco é considerado superior (QUIJANO, 2010). Esse modelo civilizatório repercute do global ao cotidiano da maioria das pessoas, como também nos processos ecológicos dos mais diversos ecossistemas do planeta (ALIMONDA, 2011a).

A relação entre natureza e ser humano, foco desta pesquisa, também se insere na pretensão do colonial/moderno em dominar/explorar o planeta. Segundo essa visão, a natureza é um objeto separado do ser humano, compreendida apenas na dicotomia ser humano-natureza e transformada em fonte de recursos para o sistema capitalista (WALSH, 2007). Historicamente, esse processo construiu uma natureza colonizada, originando um projeto de morte para os seres humanos e não-humanos e para os ecossistemas, especialmente na América Latina. As grandes áreas de mineração e as monoculturas agrícolas e de agrocombustíveis ilustram esse tipo de projeto na atualidade (ALIMONDA, 2011a).

No entanto, há resistência ao avanço do colonial/moderno. Outros mundos não só são possíveis e necessários, como (re)existem (WALSH, 2009). Alguns desses modos de vida

transcendem a lógica da dominação/exploração da natureza, como é o caso dos processos coevolutivos, milenarmente praticados pelos camponeses, povos e comunidades tradicionais, que tendem a manter a diversidade biológica e a cultura dos seus territórios (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). Para (re)existirem, essas alternativas defendem uma relação outra com a natureza, que não é conceituada, exclusivamente, como objeto de dominação/exploração, sim como parte da cosmogonia de diversos modos de vida que habitam a América Latina (WALSH,2009). Ainda que essa relação outra seja heterógena, um ponto que pode aproximá-las é a construção de projetos que promovam a vida (ALIMONDA, 2011a).

Esse cenário é exposto por diversas perspectivas teóricas e movimentos sociais no decorrer dos mais de cinco séculos de invasão. Merece destaque o grupo colonialidade/modernidade, com raízes latino-americanas, buscam um giro na maneira dos seres humanos se relacionarem entre si e com natureza que prioriza a diversidade de saberes e fazeres e a manutenção da vida (ESCOBAR, 2003).

Nesse contexto, este ensaio teórico justifica-se pela necessidade e urgência de visibilizar, valorizar e (re)construir as relações entre ser humano e a natureza, que vá além da lógica da dominação/exploração. Seu objetivo é, com base na perspectiva do grupo modernidade/colonialidade, analisar a estrutura e o funcionamento do sistema/mundo colonial/moderno e sua repercussão na natureza, expressos na ideia de colonialidade da natureza. Para isso, construiu-se mapas mentais e quadros, descrevendo as ideias-forças dos seguintes conceitos-chaves: a) sistema/mundo colonial/moderno; b) colonialismo; c) colonialidade; d) resistências; e) decolonialidade; f) colonialidade da natureza e; g) decolonialidade da natureza. Como reflexões preliminares, identificou-se dois paradigmas contraditórios do sistema/mundo: o primeiro, baseado no colonialismo e na colonialidade, conduz um projeto de morte para a América Latina através das monoculturas agrícolas e dos grandes empreendimento de mineração, enquanto o segundo parte das resistências e da energia de descontentamento (decolonialidade) latino-americanas, defendendo a adoção de relações entre ser humano e natureza, pautadas em projetos que promovam vida.

Note-se que, trabalhamos com uma perspectiva teórica recente, o que explica a expressão “reflexões preliminares” no título. Deste modo, este ensaio constitui um primeiro sobrevoo que busca, como ensina Paulo Freire (1981), *esperançar* novas ações e pesquisas.

2 A natureza do sistema/mundo colonial/moderno

A expressão sistema/mundo provém da Teoria do Sistema Mundo (TSM) de Wallerstein (1974). O símbolo de barra entre os termos indica que se trata de conceitos simultaneamente unidos e separados (MIGNOLO, 2017). Ao estudar a transição do período feudal para o capitalismo na Europa do século XVI, Wallerstein (2012) identificou o início de um modelo civilizatório que se configuraria, de forma inédita, em um sistema com interferência na maior parte do planeta. Essa transição se inseriu em um processo sócio-político-econômico-religioso estabelecido em três pilares: a) expansão da dimensão geográfica do modelo civilizatório europeu; b) desenvolvimento de métodos de controle do trabalho e criação de zonas exclusivas para confeccionar determinados produtos (manufaturados no centro e primários na periferia) e; c) criação de aparelhos de controle do Estado (religioso, pedagógico, familiar, jurídico, cultural) relativamente fortes nas nações que se tornariam centrais na economia-mundo capitalista. Wallerstein (1974, p. 337) define o sistema/mundo como:

> Um sistema mundo é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita das forças em conflito que o mantém unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodelá-lo a seu proveito. Tem as características de um organismo, na medida que tem um tempo de vida durante o qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis noutros.

A constante reorganização interna, os limites de suas estruturas e a indicação de que o sistema nasce, se desenvolve e termina são aspectos que conferem ao sistema/mundo características de organismos (sistemas) naturais, no que se refere ao seu funcionamento e não objetivo. Mesmo que a questão econômica seja relevante, são investigados diversos aspectos da realidade, especialmente o político e sociocultural, bem como os equilíbrios dinâmicos das inter-relações entre eles. A unidade de análise, ao invés do estado/sociedade/formação social, é o sistema/mundo. Porém, o termo mundo não deve ser assumido como sinônimo de planetário. A palavra se refere a uma unidade relativamente grande em termos de área e população, ou seja, trata-se de um mundo e não do mundo todo (WALLERSTEIN, 2012).

Por outro lado, se observamos o sistema/mundo a partir de uma perspectiva ecológica, sua repercussão é de caráter planetário. A diminuição da camada de ozônio, causada pela emissão de produtos químicos lançados pelo ser humano na atmosfera (WMO, 1999), o aumento na geração de gases do efeito estufa, oriundos sobretudo da queima de combustíveis fósseis e o desmatamento (IPCC, 1996) são exemplos de prejuízos em todo o planeta. Porém, é preciso considerar que os modos de existência e suas repercussões no planeta não são iguais. Por exemplo, uma empresa petroleira causa mais danos na natureza que uma comunidade

camponesa indiana, como descreve Guha (1994) ao discorrer sobre o ecologismo dos pobres. A pegada ecológica, isto é, a contabilidade do impacto que determinado modo de vida causa nos bens naturais, é outra forma de ilustrar como as ações humanas podem apresentar consequências diferentes. Em 2010, a pegada ecológica dos Estados Unidos foi de 2,7 bilhões de hectares globais (gha), enquanto a capacidade do planeta é estimada em 1,2 bilhão de gha. Na Índia, mesmo como uma população quatro vezes maior, o valor foi de 1,36 de gha, praticamente a metade da pegada ecológica dos EUA (EWING et al., 2010).

Se, por um lado, é preciso reconhecer que as ações humanas provocam consequências distintas, por outro, é necessário admitir que os impactos na "lógica da casa" têm abrangência planetária. Em outras palavras, ecologicamente, o sistema/mundo repercute em todos os mundos.

O termo moderno/colonial, representa uma mudança na forma de perceber o sistema/mundo. De acordo com essa perspectiva,

> [...] o sistema mundial moderno nasceu ao longo do século XVI. A América - como entidade geossocial - nasceu ao longo do século XVI. A criação dessa entidade geossocial, a América, foi o ato constitutivo do sistema mundial moderno. A América não se incorporou a uma economia-mundial capitalista já existente. Uma economia mundial capitalista não teria ocorrido sem a América (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992, p. 583, tradução nossa).

Essa modernidade baseou-se na premissa "Penso, logo existo." (*ego cogito*), além de ter recebido as glórias pela criação do Renascimento, da Reforma Protestante, do Iluminismo e da Revolução Francesa, períodos que fazem parte do segundo momento da modernidade. Pouco reconhecido, o primeiro momento da modernidade nasceu do confronto da Europa com o outro (o humano não europeu e a natureza), a partir da invasão da América. Esse confronto foi baseado no "Penso, logo conquisto.", caracterizado por Dussel (2005) da seguinte maneira:

> O *ego cogito* moderno foi antecedido em mais de um século pelo *ego conquiro* (eu conquisto) prático luso-hispânico que impôs sua vontade (a primeira vontade de poder moderna) sobre o indo americano. [...]. A Europa moderna, desde 1942, usará a conquista da América Latina como trampolim para tirar uma vantagem comparativa determinante com relação a suas antigas culturas antagônicas (turco-mulçumana, ect). Sua superioridade será, em grande medida, fruto da acumulação de riqueza, conhecimento, experiência, ect, que acumulará desde a conquista da América Latina (DUSSEL, 2005, p. 28).

O moderno/colonial emerge na relação entre "conquisto e penso". Baseada na premissa da dominação do outro, essa lógica expande o sistema/mundo, causando, além do aumento da área geográfica, uma modificação na subjetividade de grande parte da população.

A organização das sociedades, seus aspectos econômicos, políticos e sociais também são alterados, afetando os ecossistemas dos mais diversos territórios do planeta (ALIMONDA, 2011b). Esse emaranhado diverso é intitulado por Grosfoguel (2010) de sistema/mundo europeu/euro-norte-americano capitalista/patriarcal moderno/colonial.

Analisar, e porque ter a intenção de alterar como ensina Fals Borda (2010), o sistema/mundo colonial/moderno é algo que acontece antes da formulação do conceito. Restrepo e Rojas (2010), citam quatro enfoques teóricos, a partir dos colonizados, que o analisam: a) Pós-coloniais: com enraizamento na África e na Ásia, segundo os estudos de Spivak (2010), Said (2007) e Fanon (1979); b) Estudos culturais: vertente que examina as relações entre cultura e poder a partir de uma perspectiva contextualizada. Destaque para a o programa de doutorado dirigido por Catherine Walsh na Universidade Andina Simón Bolivar; c) Estudos subalternos: resgata a história da Índia pela perspectiva dos que vivem a experiência colonial. Guha (1994), Mallon (2001) e Gramsci (1999) simbolizam o grupo e; d) Teoria crítica latino-americana: discussões a partir da realidade da América Latina e do Caribe. Destacam-se Freire (1981) e Fals Borda (2010).

Embora haja diversos outros enfoques teóricos e autores que abordam o tema, nesta pesquisa nos atemos ao grupo modernidade/colonialidade, originado na última década do século XX e que defende a ideia de que a modernidade é uma construção simbólica nascida da violência colonizadora. Escobar (2003) indica que esse grupo se distingue dos demais pelos seguintes aspectos: vínculo da origem da modernidade com a conquista da América, em detrimento do iluminismo do século XVIII; percepção de que o colonialismo e o sistema capitalista mundial são constitutivos da modernidade; perspectiva planetária da modernidade, ao invés de uma interpretação do fenômeno com algo intra europeu; e identificação da dominação do outro como elemento característico da modernidade, especialmente os conhecimentos e as culturas dos não europeus.

Não há consenso entre os pesquisadores se o grupo modernidade/colonialidade é um programa, uma rede de estudos ou uma inflexão decolonial. Aqui, adotamos o termo “grupo”, uma vez que a palavra transmite a ideia de comunidade e acolhe autores que não se enquadram em um enfoque específico (MOTA NETO, 2016). Um consenso do grupo refere-se existência de abordagens teóricas heterogénea e conflitos internos. Afinal, o grupo habita uma epistemologia das margens e acolhe sujeitos com tendência de se locomover em mais de um enfoque (MOTA NETO, 2016). Outro concordância é à herança da teoria crítica latino-americana e de Fanon (1979) nas pesquisas e ações do grupo (RESPRETO & ROJAS, 2010).

2.1 Colonialismo, colonialidade, resistências e decolonialidade

Na análise da realidade latino-americana, identificou-se quatro conceitos-chaves: colonialismo, colonialidade, resistências e decolonialidade. Para compreendê-los, é preciso apresentar um mito: o mito da modernidade.

> 1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
> 2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
> 3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a "falácia desenvolvimentista").
> 4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
> 5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etecetera).
> 6. Para o moderno, o bárbaro tem uma "culpa" (por opor-se ao processo civilizador) que permite à "Modernidade" apresentar-se não apenas como inocente mas como "emancipadora" dessa "culpa" de suas próprias vítimas.
> 7. Por último, e pelo caráter "civilizatório" da "Modernidade", interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da "modernização" dos outros povos "atrasados" (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etecetera (DUSSEL, 2005. p. 29).

O caminho da modernidade eurocêntrica como único e universal não é uma escolha natural na história da humanidade. Trata-se de um mito, uma conquista originária de um giro colonial que inseriu a Europa no centro do sistema/mundo, parafraseando e adaptando o giro decolonial de Castro-Gómez e Grosfoguel (2007).

Observa-se, então, o primeiro conceito-chave: o colonialismo, que é a face mais visível do colonial/moderno. Embora haja experiências anteriores, foi a partir da colonização europeia, iniciada com a "descoberta da América", que o conceito assumiu maior relevância. O colonialismo consiste em uma estrutura de dominação e exploração, na qual uma identidade localizada em outro território (metrópole) domina outra (colônia) por meio do controle da autoridade política, econômica e militar, não raro de forma coercitiva (QUIJANO, 2010).

Esse controle territorial foi ostensivo na América Latina do final do século XV até o início do século XIX e resultou na pilhagem de bens naturais, como ouro e a prata. Por exemplo,

entre 1503 e 1660, 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata foram escoados no Porto de Sevilha-Espanha. Ainda que subestimado, pois não leva em conta o contrabando, esse valor aumentou em 300% as reservas europeias da época (GALEANO, 2016). O trabalho escravo é outra característica marcante do colonialismo europeu. Povos de várias etnias que habitavam a América Latina, a África, a Oceania e a Ásia foram espoliados nos mais diversos trabalhos para satisfazer as elites que governavam as metrópoles (DUSSEL, 2005) e que se formavam nas colônias (MIGNOLO, 2017). Entre 1519 e 1817, cerca de 9,6 milhões de africanos foram escravizados e enviados para a América (ELTIS; RICHARDSON, 2003).

A vantajosa condição material adquirida pelas metrópoles no colonialismo contribuiu para que a Europa assumisse um papel central na história. Esse giro colonial também se deve à criação de um novo trajeto para a circulação da produção mundial: o Circuito Comercial do Atlântico, rota que aproveitava os caminhos que cruzavam grande parte da América Latina para conectar as colônias com as metrópoles e as metrópoles com as rotas existentes na Europa, Ásia e África. Nessa nova configuração das rotas comerciais, os bens naturais retirados da América Latina pelo trabalho escravo financiaram os sistemas financeiro, científico e político europeus. Essa espoliação do outro foi amparada pelo sistema jurídico, a escravidão e pilhagens dos bens naturais eram legais, e pela Igreja Católica, que considerava a dominação/exploração como parte do fardo do homem branco em, violentamente, civilizar o mundo (MIGNOLO, 2005).

O segundo conceito-chave é a colonialidade. Embora não seja tão discutido quanto o colonialismo, sua importância é similar (MIGNOLO, 2017). Para Quijano (2010, p. 84):

> A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América.

Quando vinculado a estratégias de poder, esse conceito é definido como colonialidade do poder (QUIJANO, 2010). Trata-se de uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articulada em função da disputa do controle dos seguintes meios da existência social: o trabalho, seus recursos e produtos, incluindo os recursos da natureza; o sexo, seus produtos e recursos, como a reprodução das espécies; a subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos, materiais e intersubjetivos, inclusive o conhecimento; e a autoridade coletiva e seus instrumentos, em particular a coerção utilizada na reprodução e regulação desse padrão (QUIJANO, 2002).

À medida em que esse conceito foi sendo utilizado, novos aspectos passaram a ser discutidos. Lugones (2014) questiona a ideia de gênero como um atributo biológico (natural) relacionado ao controle do sexo, ao advertir que as relações de gêneros são construções sociais, além de inserir o patriarcado como constituinte da colonialidade. Walsh (2009) argumenta que a natureza não é uma fonte de recursos naturais para ser utilizada ao bel-prazer do domínio econômico e sim uma parte da cosmogonia de diversos modos de vida, como as comunidades indígenas e as diásporas africanas da América Latina.

Outras dimensões emergiram ou se desmembraram da colonialidade do poder, como a colonialidade da natureza (WALSH, 2009), de gênero (LUGONES, 2014), do saber (WALSH, 2001) ect. Segundo Restrepo e Rojas (2010), antes de usar o termo colonialidade do poder, Quijano (1992) cunhou o conceito de colonialidade cultural no final da década de 1980. Neste contexto, pode-se interpretar a existência de colonialidades diversas que se retroalimentam entre si como a colonialidade da natureza, que altera e é alterada por outras colonialidades, a do saber (WALSH, 2001) e do poder (QUIJANO, 2010) por exemplo.

Todavia, o que interessa comunicar neste trabalho, não é o inventários dos tipos de colonialidade, sim a ideia força do conceito, simbolizada na expressão desenvolvida por Mignolo (2017): enquanto o colonialismo é a lei, a colonialidade é lógica. Essa lógica não substitui o colonialismo com a suposta independência das colônias. Ela é parte do sistema/mundo colonial/moderno. Longe de constituir um conceito totalitário, a colonialidade integra um projeto particular que denuncia o lado obscuro da modernidade e a exploração do outro. Colonialidade e colonialismo constituem uma Matriz Colonial do Poder – MCP- que atua numa série de nós histórico-estruturais heterogêneos e interconectados, unidos pela lógica da colonialidade. Nenhum nó é independente de qualquer outro, do mesmo modo, qualquer um se relaciona de duas ou mais maneiras divergentes com outros nós (MIGNOLO, 2017).

Embora alcancem uma escala global, os elementos da MCP não interagem da mesma maneira em todos os contextos, pois diferentemente da perspectiva eurocêntrica de uma estrutura social configurada por elementos historicamente homogêneos, lineares e unidimensionais no tempo e no espaço, defende-se a ideia de que a realidade social é uma articulação heterogênea, conflituosa e descontínua no espaço e no tempo. Essa articulação (ou nó) é um elemento-chave da MCP e funciona a partir da seguinte perspectiva:

> Isso quer dizer que as partes num campo de relações de poder societal não são só partes. São-no em relação ao conjunto do campo, da totalidade que este constitui. Consequentemente, movem-se geralmente dentro da orientação geral do conjunto. Mas não o são na sua relação separada com cada uma das outras. E sobretudo cada uma delas é uma unidade total na sua própria

> configuração porque tem igualmente uma constituição historicamente heterógena. Cada elemento de uma totalidade histórica é uma particularidade e, ao mesmo tempo, uma especificidade e, eventualmente até, uma singularidade. Todos eles se movem dentro da tendência geral do conjunto, mas têm ou podem ter autonomia relativa e que pode ser, ou chegar a ser, eventualmente conflituosa com o conjunto. A mudança afeta de modo heterogéneo, descontínuos, os componentes de um dado campo histórico de relações sociais (QUIJANO, 2010, p. 97).

Dessa forma, as dimensões de raça, gênero e conhecimento não são elementos que se acrescem às estruturas do capitalismo e sim partes integrantes e construtivas do sistema/mundo colonial/moderno (GROSFOGUEL, 2010). Além disso, sua influência nos contextos sociais não é igual. Embora a lógica da dominação/exploração se mantenha, em cada contexto emergem situações coloniais específicas, descontínuas e conflituosas, nas quais nem sempre se manifestam todos os aspectos da MCP (QUIJANO, 2010).

Esse exercício de descrever o colonialismo e a colonialidade tem como horizonte, para os autores destas palavras, identificar a lógica do funcionamento do sistema/mundo colonial/moderno para apontar as contradições da modernidade (MIGNOLO, 2017) e alterar a exploração do ser humano e da natureza que o "Penso, logo domino." promove (DUSSEL, 2005). Esse caminho, quiçá, deve iniciar-se pelo reconhecimento de que o colonialismo e a colonialidade não apagaram as memórias dos povos não europeus, ainda que colonizados há mais de 500 anos. Desde o início da invasão da América já havia resistências (MIGNOLO, 2017), o terceiro conceito-chave analisado nesta pesquisa. Para Lugones (2014. p. 942):

> [...] em vez de pensar o sistema global capitalista colonial como exitoso em todos os sentidos na destruição dos povos, relações, saberes e economias, quero pensar o processo sendo continuamente resistido e resistindo até hoje. E, desta maneira, quero pensar o/a colonizado/a tampouco como simplesmente imaginado/a e construído/a pelo colonizador e a colonialidade, de acordo com a imaginação colonial e as restrições da empreitada capitalista colonial, mas sim como um ser que começa a habitar um lócus fraturado, construído duplamente, que percebe duplamente, relaciona-se duplamente, onde os "lados" do lócus estão em tensão, e o próprio conflito informa ativamente a subjetividade do ente colonizado em relação múltipla.

As resistências não devem ser compreendidas como o fim da luta, sim como um (de vários) começos, uma possibilidade de construção de outros futuros. Elas são parte dos nós histórico-estruturais heterogêneos da complexa, descontínua, heterogênea e conflituosa MCP, tendo como escala temporal o início do sistema/mundo até a atualidade (QUIJANO, 2010).

Assim como as formas de opressão, as resistências não são iguais. Segundo Lugones (2014, p. 940), "em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos

também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna". Essa diversidade contribui para que as estratégias de resistências sejam plurais. Algumas situam-se na infrapolítica, no cotidiano, quase imperceptíveis aos olhos coloniais, mas resistindo há mais de 500 anos (LUGONES, 2014). Outras são mais visíveis à coerção colonial e ocupam as ruas e os latifúndios, especialmente articuladas pelos movimentos sociais latino-americano (MIGNOLO, 2017).

Para resgatar a diversidade de resistências, é necessário um giro decolonial (CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007) que assuma uma visão de mundo a partir do colonizado, sem negar a importância da perspectiva europeia, mas reconhecendo seu lado opressor. Grosfoguel (2010) simboliza esse giro através de uma provocação "Como seria o sistema-mundo se deslocássemos o *locus* da enunciação, transferindo-o do homem europeu para mulheres indígenas das Américas, como por exemplo, Rigoberta Menchú da Guatemala ou Domitila da Bolívia?" (GROSFOGUEL, 2010, p. 462).

Na prática, o giro decolonial oportuniza analisar a realidade latino-americana sob outra preceptiva. Exemplificando, a América não foi dominada por um sistema econômico de capital e trabalho, mas por um emaranhado de hierarquias trazido por um "homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu" (GROSFOGUEL, 2010, p. 463). Ao fazer esse giro, também emerge outro conceito chave: a decolonialidade.

Descrever a decolonialidade é tão necessário quanto complexo. Primeiro, porque é preciso ir além da lógica de construir conceitos enraizados na perspectiva de existência de um mundo único e totalitário para abrir-se para a utopia de "um mundo onde caibam todos os mundos", como ensinam os Zapatistas. Em outras palavras, trata-se de propor conceitos que não sejam totalitários e representem algo em comum nos diversos modos de vida dos habitantes do pluriverso planeta Terra (GROSFOGUEL, 2010). O segundo é a diversidade de matrizes teóricas dentro do grupo modernidade/colonialidade. Deve-se considerar ainda a emergência recente do termo. Entretanto,

> [...] mais importante que o nome é a concepção política, ética e epistêmica que lhe é subjacente, concepção, aliás, que tem sido tecida desde a origem do processo colonizador na América Latina, por muitas mãos, no interior de uma plêiade de movimentos de resistência, em diversas perspectivas teóricas e filosóficas, o que justifica a ideia que a decolonialidade tenha recebido diferentes nomes e originado distintos conceitos em suas histórias de pelo menos cinco séculos (MOTA NETO, 2016. p. 43).

De fato, há tanto uma pluralidade de mundos e de formas de olhar, analisar e intervir (ou não) na realidade subjacente ao conceito de decolonialidade, mas sua força central é questionar a ideia de que vivemos em um mundo descolonizado e pós-colonial, instalado com

o fim das administrações coloniais e a formação dos Estados-nação (MOTA NETO, 2016). Nessa força questionadora reside o principal elemento da decolonialidade: uma energia de desobediência, de descontentamento e de luta que promove a mudança e oportuniza outras opções epistêmicas, analíticas, metodológicas, teóricas, subjetivas e intersubjetivas (MIGNOLO, 2017).

Essa força questionadora, assim como as resistências, é constitutiva do sistema/mundo colonial/moderno. O trecho a seguir traz alguns argumentos para analisar essa força.

> O argumento básico (quase um silogismo) é o seguinte: se a colonialidade é constitutiva da modernidade, uma vez que a retórica salvacionista da modernidade já pressupõe a lógica opressiva e condenadora da colonialidade (daí os condenados de Fanon), essa lógica opressora produz uma energia de descontentamento, desconfiança e desapego entre aqueles que reagem à violência imperial. Essa energia é traduzida em projetos decoloniais que, em última instância, também são constitutivos da modernidade [...]. A decolonialidade é, então, a energia que não se deixa manejar pela lógica da colonialidade, que não acredita nos contos de fadas da retórica moderna (MIGNOLO, 2007, p. 26-27, tradução nossa).

Essa energia de descontentamentos se encontra com as resistências e formam projetos decoloniais diversos, repletos de contradições e similaridades entre si e internamente. Alguns indesejáveis à lógica da MCP são classificados como terroristas e criminosos. Esse emaranhado se desprende do lado obscuro da modernidade e constitui a base para a construção de um pensamento decolonial (MIGNOLO, 2007), conceituado como

> [...] um paradigma outro de compreensão do mundo, interessado em revelar, e não esconder, as contradições geradas pela modernidade/colonialidade, em diálogo crítico com as teorias europeias, mas elaborado, fundamentalmente, a partir de uma perspectiva não eurocêntrica de mundo, atenta às realidades vividas pelas populações periferias e aos seus conhecimentos, às suas culturas e às suas estratégias de luta (MOTA NETO, 2016, p, 19).

Se a MCP se expande a partir da colonialidade e do colonialismo, o pensamento decolonial é um movimento engendrado a partir da decolonialidade e das resistências. Ele evoca as experiências e conhecimentos construídos historicamente nos mais diversos contextos socioambientais. Nesse processo, emerge uma grande diversidade de aspectos ambientais e sociais, fomentando a necessidade do pensamento decolonial ser pautado em uma epistemologia de fronteira (MIGNOLO, 2007). Mesmo que exista abertura para o diálogo com paradigmas que também ocupem as fronteiras, há uma intencionalidade de construi-lo a partir dos "deserdados, da dor e da fratura histórica, de suas memórias, de duas subjetividades, de sua biografia" (MOTA NETO, 2016, p. 91).

2.2 Interpretando os conceitos-chaves

Para auxiliar na interpretação dos conceitos-chaves aqui discutidos, elaboramos um quadro síntese (Quadro 1) com suas principais características e seu principal aspecto mobilizador (ideia-força). Para complementar a explicação dos conceitos, inspirados no *Dossiê ABRASCO* (Carneiro et al., 2015), também elaboramos um mapa mental (Figura 1) com uma *sistematização outra* do apresentado.

Quadro 1- Características e ideias-força dos conceitos-chaves da pesquisa.

Conceito	*Características*	*Ideia-força*
Sistema/ mundo colonial/moderno	- origina-se e expande-se a partir da América; - modelo civilizatório composto por um emaranhado e sinérgico conjunto de aspectos; -trata-se de um mundo, não de todos os mundos. Porém os impactos ocorrem em todo o planeta; - assemelha-se a um sistema vivo tanto na organização interna (interações e equilíbrio dinâmico), quanto em seu desenvolvimento (nasce, se expande e termina).	**-modelo civilizatório** pautado na dominação/exploração do outro (seres humanos e natureza) presente no colonial/moderno para expandir o sistema/mundo.
Colonialismo	- é a fase visível da dominação/exploração. Surge com a invasão da América; - controle das metrópoles sobre as colônias; - exploração legalizada do outro; - pilhagem dos bens naturais, especialmente pelo trabalho escravo; - cria as condições materiais para colocar a Europa no centro do sistema/mundo.	**-estrutura de poder** aparente, legalizada e material da dominação/exploração do sistema/mundo colonial/moderno.
Colonialidade	- elemento constitutivo do sistema/mundo colonial/moderno; - sustenta-se no argumento do "Conquisto, logo existo." para expandir a dominação/exploração; - o lado obscuro da modernidade; - colonialidade e/ou um conjunto de colonialidades; - são diversas, descontínuas, heterogêneas e conflituosas; - junto com o colonialismo, forma a MCP.	- **lógica** que inviabiliza, desqualifica e elimina tudo que é assimétrico ao único e universal caminho da humanidade: o eurocêntrico.
Resistências	- elemento constitutivo do sistema/mundo; - pressupõem que as memórias dos não europeus resistem a colonização/colonialismo; - são o começo de outros mundos, uma possibilidade. Para isso, indica e necessita de um giro decolonial; -são diversas, descontínuas, heterogêneas e conflituosas; - suas estratégias de atuação são plurais, ocupam desde o cotidiano até as ruas e os latifúndios.	- **ações de lutas** (aparentes ou ocultas), que iniciam com a invasão da América. Essencialmente diversas, são a base para a (re)construção de outros mundos.
Decolonialidade	- surge da ideia de que vivemos num mundo colonizado; - embora seja um conceito recente e em construção, é um elemento constitutivo do sistema/mundo colonial/moderno; - interessa revelar, não esconder as contradições da modernidade; - busca um giro decolonial para, em conjunto com as resistências, construir um pensamento decolonial; - energia que oportuniza outras opções epistêmicas, analíticas, metodológicas, teóricas, subjetivas e intersubjetivas.	- **energia de desobediência**, de descontentamento e de luta que mobiliza para a mudança, a partir do e com o oprimido, para mundos que priorizem a vida.

Autores-chaves	Aníbal Quijano; Arturo Escobar; Axel Rojas; Catherine Walsh; Eduardo Estrepo; Enrique Dussel; Frantz Fanon; Immanuel Wallerstein; João Colares Mota Neto; Maria Lugones; Orlando Fals Borda; Paulo Freire; Ramón Grosfoguel; Santiago Castro-Gómez e Walter Mignolo.

Fonte: elaborado pelos autores.



Figura 1- Mapa mental dos conceitos-chaves sistema/mundo colonial/moderno, colonialismos, colonialidade, resistências e decolonialidade.
Fonte: elaborado pelos autores, a partir de imagens de domínio público.[2]

Não se tem a presunção de conseguir reinventar tais conceitos. Contudo, a partir do recorte teórico apresentado e das sistematizações observadas no Quadro 1 e na Figura 1, pode-se construir uma síntese de cada conceito chave.

O **sistema/mundo colonial/moderno** é um modelo civilizatório composto por um emaranhado de aspectos econômico, político, sociocultural, ambiental, agrícola e ecológico. Esse modelo altera a estrutura da sociedade e o cotidiano da maioria dos habitantes do planeta, incluindo a relação entre ser humano e natureza. Seu funcionamento se assemelha aos sistemas

[2] Endereços eletrônicos das imagens utilizadas no mapa mental, iniciando pelo giro decolonial: **Nosso sul é o norte**. Disponível em: https://www.socialistamorena.com.br/nosso-norte-e-o-sul/. Acesso em: 03 out. 2020; **Sempre teve luta!** Disponível em: https://www.pngegg.com/pt/png-dxcix. Acesso em: 03 out. 2020; **Mundos necessários**. Disponível em: http://unisolasvenasabiertasdeamericalatinau.blogspot.com/. Acesso em: 03 out. 2020; **Mundos existentes**. Disponível em: http://www.pasionlatinamontreal.com/marcela-ossandon-2/las-12-leyes-karmicas.htm. Acesso em: 03 out. 2020; **Caravela.** Disponível em: https://www.pngwing.com/pt/free-png-ilalz. Acesso em: 03 out. 2020; Exploração. Disponível em: https://www.assejurpr.com.br/palavralivre/a-curiosa-origem-do-nome-brasil/. Acesso em: 03 out. 2020; **A verdade**. Disponível em: https://www.sciencephoto.com/media/225513/view/galileo-galilei-italian-astronomer, Acesso em: 03 out. 2020; **A lei.** Disponível em: https://www.wikiwand.com/pt/Joaquim_Marques_Lisboa. Acesso em: 03 out. 2020; **Lado obscuro**. Disponível em: http://toneldiogenes.blogspot.com/2006/04/pegada-ecolgica.html. Acesso em: 03 out. 2020; **Colonialidade**. Disponível em: https://risco-clinico.blogspot.com/2014/03/culpa-duas-faces-da-mesma-moeda.html. Acesso em: 03 out. 2020; **Mapa sistema/mundo**. Disponível em: https://www.raremaps.com/gallery/detail/15476/planiglobii-terrestris-cum-utroq-hemisphaerio-caelesti-gener-homann. Acesso em: 03 out. 2020.

naturais, especialmente pela capacidade de manter um equilíbrio dinâmico que se (re)organiza no espaço e no tempo, a partir de complexas e sinérgicas relações entre as partes e o todo. Embora o conceito se refira a um tipo de um mundo, seus impactos repercutem na manutenção da vida em todos os mundos. **Sua ideia-força é utilizar a lógica da dominação/exploração do outro (seres humanos e natureza) presente no colonial/moderno para expandir o sistema/mundo. Origina-se e se expande a partir da invasão da América.**

O **colonialismo**, especialmente o Europeu, iniciado com a conquista da América, pode ser definido como uma estrutura de poder, na qual um grupo social de outro território (metrópole) domina outras comunidades (colônias) pelo controle das autoridades política, econômica e militar, muitas vezes de forma violenta. É a face mais ostensiva da dominação/exploração da natureza e dos seres humanos. A pilhagem dos bens naturais, sobretudo pelo trabalho escravo, concedeu à Europa condições materiais para sair de uma posição periférica, passando a ocupar o centro do mundo. Essa espoliação é considerada legal e moral, pois trata-se do fardo do homem branco em, violentamente, civilizar o mundo. **Sua ideia-força refere-se à dimensão aparente, legalizada e material da exploração do mundo, seja pelo controle das colônias, do corpo dos sujeitos que habitam esses locais ou da natureza ali presentes.**

A **colonialidade** emerge com o início da invasão da América e sustenta-se no argumento do "Conquisto, logo existo." para expandir a lógica da dominação/exploração do outro. Por isso, é considerada o lado obscuro da modernidade. Opera em diferentes nós histórico-estruturais da realidade, de forma descontínua, conflituosa e heterogênea no espaço e no tempo. Produz uma série de singularidades (colonialidade do poder, do saber, do ser, da natureza entre outras) com totalidades específicas, mas que só existem na relação com o todo. Exige a superação das dicotomias parte/todo e singularidade/pluralidade para ser analisada como colonialidade e/ou um conjunto de colonialidades. Acompanhada do colonialismo, compõe a matriz colonial de poder (MCP). **Sua ideia-força refere-se à lógica que inviabiliza, desqualifica e elimina tudo que é assimétrico ao único e universal caminho da humanidade: o eurocêntrico.**

As **resistências** são elementos do sistema/mundo colonial/moderno, que surgem a partir da constatação de que existe luta do "não europeu" para manter seu modo de vida, incluindo a possibilidade de mudanças em seu estilo de vida no decorrer do tempo. Elas expõem que o processo de colonização não foi exitoso em todos os contextos e, mesmo após cinco séculos de colonização, as memórias não se apagaram: elas resistem e formam um caldeirão de possibilidades, essenciais na (re)construção de outros mundos. Para observar a visão dos

sujeitos dessas resistências, é necessário um giro decolonial. As resistências são essencialmente diversas, descontínuas, heterogêneas e conflituosas no espaço e no tempo. Suas estratégias de atuação incluem ações cotidianas, quase imperceptíveis aos olhos coloniais, mas que resistem há mais de 500 anos. Outras são mais visíveis à coerção colonial e ocupam as ruas e os latifúndios, especialmente articuladas pelos movimentos sociais. **Sua ideia-força consiste na (re)existência de ações de lutas iniciadas com a invasão da América. Essencialmente diversas, tanto na forma de atuação quanto na origem, são base para a (re)construção de outros mundos que tenham a manutenção da vida como horizonte.**

A **decolonialidade** surge a partir do questionamento da afirmação de que vivemos em um mundo descolonizado e/ou pós-colonial, instalado com o fim das administrações coloniais. Utiliza o giro decolonial para evocar a experiências e conhecimentos construídos historicamente pelos seres humanos nos mais diversos contextos socioambientais. Embora o conceito seja recente e esteja em ebulição, é um elemento constitutivo do sistema/mundo colonial/moderno. Se as resistências são vinculadas à ação, a decolonialidade relaciona-se à energia de descontentamento dos diversos sujeitos e contextos socioambientais inseridos no processo de colonização. Por isso, tal energia é diversa, descontínua, heterogênea e conflituosa no espaço e no tempo. Junto com as resistências, são a base para a construção de um pensamento decolonial. Ainda que tal pensamento ocupe as margens e por isso dialogue com as epistemes desses locais, há uma intencionalidade de construí-lo com os oprimidos, especialmente os da América Latina. **Sua ideia-força refere-se a uma energia de desobediência, de descontentamento e de luta que mobiliza para a mudança e tem a utopia de construir com o oprimido outras opções epistêmicas, analíticas, metodológicas, teóricas, subjetivas e intersubjetivas que priorizem constituição da vida.**

3 A colonialidade e a decolonialidade da natureza

A natureza é apontada por Escobar (2003) um terreno fértil para novas análises do grupo modernidade/colonialidade. Como mencionado, Walsh (2009) discorda de Quijano (2010), que sugere trata a natureza como uma fonte de recurso. A autora considera tal relação uma dimensão chave da MCP e sugere a existência de uma colonialidade da natureza, definida como:

> refiro-me à divisão binária cartesiana entre natureza e sociedade, uma divisão que descarta por completo a relação milenar entre seres humanos, plantas e animais e entre eles com os mundos espirituais e ancestrais (que também são entendidos como seres vivos). De fato, essa colonialidade da natureza tentou eliminar a relacionalidade que é a base da vida, da cosmogonia e do

> pensamento em muitas comunidades indígenas e afros de Abya Yala e da América Latina. É essa lógica racionalista, conforme argumenta Noboa (2006), que nega a noção da terra como "o corpo da natureza", um ser vivo com suas próprias formas de inteligência, sentimentos e espiritualidade, e, também, a noção que os seres humanos fazem parte da terra-natureza (WALSH, 2007, p. 106, tradução nossa).

Essa relação binária colonizou o sistema/mundo como única e universal via, classificando as demais experiências de não modernas, primitivas e pagãs. A dificuldade de analisar relações pautadas em modos de vidas que entrelaçam aspectos espirituais, ancestrais, o cotidiano das comunidades e a natureza, contribui para Walsh (2009, p. 15) intitular essa dimensão de "colonialidade cosmogônica ou da mãe natureza". Essa singularidade tenta controlar as relações entre ser humano e natureza na América Latina, seus meios de subsistência e sentidos de existência (WALSH, 2007).

A colonialidade da natureza é uma dimensão aprofundada por Alimonda (2011a). Para o autor, a relação dicotômica entre ser humano e natureza é um aspecto fundamental dessa colonialidade, mas outros elementos devem se somar na análise.

> Essa colonialidade altera tanto a realidade biofísica da natureza (sua flora, sua fauna, seus habitantes humanos, a biodiversidade de seus ecossistemas) quanto a configuração territorial (a dinâmica sociocultural que articula significativamente esses ecossistemas e paisagens). A natureza surge perante o pensamento hegemônico global e as elites dominantes da região como um espaço subalterno, que pode ser explorado, arrasado e reconfigurado, de acordo com as necessidades dos atuais regimes de acumulação (ALIMONDA, 2011a, p. 22, tradução nossa).

A colonialidade da natureza tem como alicerce a conversão da natureza em objeto. Interfere nas características biofísicas, nas dinâmicas territoriais e na relação entre ser humano e natureza na América Latina. As alterações biofísicas são tributárias da implantação de monoculturas agrícolas, grandes projetos de mineração e infraestrutura necessária para execução dessas atividades (logística e energia). No decorrer dos cinco séculos, a implantação desse modelo devastou ecossistemas, a fauna, a flora e seres humanos de grande parte do território. Essa situação também alterou as dinâmicas territoriais, pois, a natureza deixou de ser a base dos imaginários sociais que davam sentido e identidade próprios e se transformou em terra para ser explorada pelo colonizador (ALIMONDA, 2011b).

Tais alterações produzem uma natureza colonizada que gera "uma ruptura de nível global do metabolismo sociedade-natureza, que penaliza cada vez mais a natureza latino-americana e os povos que nela vivem" (ALIMONDA, 2011a, p. 22, tradução nossa). Essa

ruptura, influenciada pela invasão de outros seres humanos, animais, plantas e pela disseminação de pandemias, devastou as populações e os ecossistemas originais da América Latina, a tal ponto que pode ser considerada a maior e mais persistente catástrofe (socio)ambiental que o ser humano já promoveu (ALIMONDA, 2011a).

Com base nos aspectos apresentados e influenciado pelas contribuições da história ambiental latino-americana, da ecologia política de das discussões do grupo modernidade/colonialidade, Alimonda (2011a) propõe sete considerações sobre a estrutura e o funcionamento da colonialidade da natureza na América Latina:

a) *A colonialidade da natureza como gênese do sistema/mundo colonial/moderno:* a partir da perspectiva do grupo modernidade/colonialidade de que a colonialidade e o colonialismo são aspectos essenciais da modernidade (CORONIL, 2000), considera-se que a transformação da natureza em objeto de exploração e dominação (recursos naturais e terras tropicais) é um dos elementos fundantes do sistema/mundo colonial/moderno. Isto é, a modernidade não é um fenômeno europeu que se espalha pelo planeta e encontra a natureza de outros territórios. É a exploração/dominação da natureza que promove o moderno/colonial no sistema/mudo.

b) *A colonialidade da natureza se relaciona com a colonização dos humanos:* a colonialidade da natureza está relacionada com o radical processo de colonização dos seres humanos que habitavam e (re)existiam nos mais diversos territórios da América Latina. Essa relação gera a destruição/desorganização dos agroecossistemas; perda dos territórios e pandemias. Esse processo contribui para uma redução populacional. Segundo Alimonda (2001a, p. 47), “no primeiro século após a conquista, a população nativa americana foi reduzida a 10% do momento da descoberta.” Com outros contornos, mas reproduzindo a lógica, esse projeto de morte se manifesta no século XXI nas mais diversas formas de violência contra os seres humanos (assassinatos, agressões, perda de território), a natureza (destruição da fauna, da flora e de ecossistemas) e na invisibilidade e eliminação de formas outras de convivência com a natureza.

c) *Sobreposição entre resistências e áreas prioritárias para conservação:* se a natureza do colonial/moderno gera uma natureza colonizada que conduz a um projeto de morte para os seres humanos e os ecossistemas da América Latina, as resistências são responsáveis pela manutenção das maiores áreas conservadas do continente. A sobreposição entre resistências e conservação é exemplificada por Alimonda (2011a) em uma pesquisa realizada no México que identificou 155 áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, das quais 39% se sobrepõem aos territórios indígenas. Em escala global, Garnett et al. (2018) concluem que as comunidades indígenas protegem cerca de 80% da biodiversidade do planeta.

d) *Desqualificação dos seres, conhecimentos e ecossistemas:* a colonialidade do poder (QUIJANO, 2010) engendra uma hierarquia de raça e de conhecimento que entrecruza com a colonialidade da natureza. A hierarquia de raça "produziu pontos de vista que organizaram os humanos a partir da pureza do sangue e devastaram a biodiversidade dos trópicos, percebida como não apta para a sociedade civilizada" (ALIMONDA, 2011a, p. 49, tradução nossa). Não só os povos originários do continente africano foram categorizados inferiores. A fauna, a flora e os ecossistema também sofreram um processo de inferiorização. Ao mesmo tempo em que ocorre essa desqualificação, emerge uma reorganização das relações de poder que culmina na apropriação de saberes, de espécies e da maneira que se gerem os bens naturais pelos colonizadores. Esse movimento foi responsável pela apropriação de espécies vegetais utilizadas na agricultura a e dos saberes e fazeres associados que amenizaram a fome na Europa em vários períodos históricos.

e) *Ocupação destrutiva dos territórios:* apoiado na crítica ecológica da devastação colonial denunciada por Marc Bloch (2001), Alimonda (2011a) considera a existência de um modelo de ocupação que extrai agressivamente minerais, fauna e flora como marca da colonialidade da natureza. Esse tipo de ocupação não se preocupa em conservar as reservas dos produtos extraídos, nem os processos que o geram, por isso, é intitulada ocupação destrutiva. Seus resultados são a devastação dos bens naturais, dos seres (humanos e não humanos), dos ecossistemas e das relações que dão suporte à constituição da vida nos territórios. Como exemplo, podemos citar a atividade das grandes mineradoras, a extração de guano no Peru e as monoculturas agrícolas e de agrocombustíveis, que destroem os ecossistemas originais e reduzem os nutrientes do solo.

f) *Persistência da dependência colonial:* a partir da *Ecologia Política e Capital* de Leff (2009) e da história ambiental latino-americana de Castro Herrera (1996), aponta-se para a persistência de uma dependência colonial, iniciada há mais de 500 anos, que é gerida por dois fatores. O primeiro, de caráter econômico, refere-se à exploração predatória, cíclica e descontínua da natureza, voltada para a exportação de bens primários em favor dos interesses econômicos de poucos. O segundo, de traço tecnológico, refere-se a técnicas inapropriadas para a América Latina, intencionalmente selecionados para evitar a autonomia da região e manter a devastação e exportação da natureza. Esse processo resulta "em uma devastação que destrói ou desorganiza ecossistemas e formas produtivas indígenas e anula o potencial de autonomia dessas sociedades" (ALIMONDA, 2011a, p. 48, tradução nossa).

g) *A pretensão de globalizar a natureza colonizada:* a globalização contemporânea visa impor relação dos seres humanos com a natureza dicotômica, em que a natureza é objeto de

dominação/exploração pela humanidade hierarquizada como superior. Paradoxalmente, o avanço dessa globalização evidenciou resistências à pretensão de assumir um único modo de existir como aceitável. Ainda que plurais, contraditórias e descontínuas, essas resistências possuem pautas em comum, como a luta pelo fim da natureza colonizada (ALIMONDA, 2011b).

As sete considerações apresentadas estão centradas na influência do giro colonial na natureza, causada pela(s) colonialidade(s) e pelo colonialismo. Mas, como realizado pelo grupo modernidade/colonialidade em outras dimensões, Alimonda (2011a) propõe um giro natural-decolonial para recontar a história das relações entre sociedade e natureza na América Latina:

> [...] trata-se de ler e narrar a epopeia da modernidade desde seu avesso, de suas dimensões silenciadas. Se a perspectiva do Programa M/C supõe a recuperação dos discursos silenciados da resistência anticolonial, a perspectiva da história ambiental também busca suas vozes ocultas, suas consequências não assumidas nem confessadas, como a destruição ambiental e social ocultada nos projetos de desenvolvimento considerados exemplares, mas que se revelam muitas vezes insustentáveis (ALIMONDA, 2011a, p. 36, tradução nossa).

Esse giro natural-decolonial evidencia uma diversidade epistêmica, lugares de enunciação e narrativas, de estratégias de resistências e energias de descontentamento, que incluem outras maneiras de conviver com a natureza (ALIMONDA, 2011a). Essas resistências vinculadas à natureza são partes dos constitutivas nós histórico-estruturais heterogêneos da MCP (QUIJANO, 2010). Embora heterogêneas, possuem um ponto de ligação:

> Se o fator decisivo nas origens da economia de mercado é a transformação dos seres humanos e da natureza em "mercadorias fictícias", as lutas de resistências contra esses processos de mercantilização passam a adquirir um novo significado. [...] é possível compreendê-las como formas de resistências baseadas na defesa de sistemas tradicionais de organização social para o uso e disposição comunitária dos recursos humanos e naturais, frente à investida da mercantilização (ALIMONDA, 2011a, p. 39, tradução nossa).

As resistências à colonialidade da natureza se expressam nas lutas contra os grandes projetos de mineração; na transformação da natureza em terra explorada nas monoculturas agrícolas; na defesa dos territórios dos indígenas, das diásporas africanas e dos camponeses; e na busca de uma relação com a natureza que transcenda a separação binária ser humano/natureza (ALIMONDA, 2011a). Essa energia de desobediência e descontentamento, que mobiliza para uma relação que priorize a vida, é a base para a construção de uma decolonialidade da natureza. Nessa construção, é preciso levar em conta que as resistências e a

decolonialidade da natureza são heterogêneas, tanto nas formas quanto nos sujeitos que fazem parte de sua construção. A esse respeito, Walsh (2009) considera as pedagogias decoloniais estratégias cruciais para (re)construir outras relações com a natureza.

> Primeiro e seguindo Fanon, pedagogias que permitem um "pensar a partir de" a condição ontológico-existencial-racializada dos colonizados, apontando novas compreensões próprias da colonialidade do poder, saber e ser e a que cruze o campo cosmogônico-territorial-mágico espiritual da própria vida – o que chamei no início deste texto como a colonialidade da mãe natureza. São estas pedagogias que estimulam a autoconsciência e provocam a ação para a existência, a humanização individual e coletiva e a libertação (WALSH, 2009, p. 25).

Ao partirem das condições ontológico-existencial-racializadas, as pedagogias decoloniais possibilitam discutir duas características da decolonialidade da natureza: a necessidade de construir processos de aprendizagens com o oprimido, como ensina Paulo Freire (1981); e a diversidade de condições e de sujeitos na América Latina. Com base nessas pedagogias decoloniais, as decolonialidades e resistências podem se hibridizar. Nessa luta em (re)existir, o encontro com o outro se fortalece, originando o seguinte cenário:

> [...] as culturas e naturezas latino-americanas, por meio de diferentes heranças, foram estabelecidas como entidades híbridas. Resta recuperar o caráter plural dessa herança, deixando-se "hibridar" por emergências muitas vezes contraditórias e utópicas. Desta forma, será traçado um caminho de conciliação não só política, social e ambiental, mas também epistemológica entre sociedade e natureza [...]. Neste momento em que a crise dos modelos dominantes surge indiscutivelmente, é cada vez mais necessário avançar na construção de alternativas. Mobilizar todas as nossas identidades e colocar todas as nossas heranças e capacidades em ação, em qualquer lugar da América Latina (ALIMONDA, 2011a, p. 54, tradução nossa).

A união e a hibridação entre as resistências são fundamentais para desconstruir a natureza colonizada e construir uma decolonialidade da natureza. Esse processo, deve ser feito com o oprimido e ter a utopia de construir projetos que promovam vida. Além disso, há uma alta diversidade de representações da natureza[3] que, ao mesmo tempo, cria um caldeirão de possibilidades e gera um desafio para aproximar e hibridar representações que são descontínuas, conflituosas e contraditórias. Escobar (2005), conceitua três articulações do cultural e do biológico, isto é regimes de natureza, que problematiza as possibilidades e desafios dessa heterogeneidade:

[3] Por recomendação dos avaliadores da Revista Videre, inserimos os temas representações da natureza e globalização, apresentado a frente, neste ensaio.

a) *Natureza capitalista*: tributário da transformação do capitalismo e da modernidade como única e universal via para o desenvolvimento da humanidade, nesse regime a relação dos seres humanos e a natureza é pautada na dicotomia sujeito/objeto. A natureza é ordenada, dominada e manejada para ser explorada como recurso (natural), ao bel prazer do (sistema) capitalista;
b) *Natureza orgânica*: natureza e sociedade não são aspetos separados, sim constructos relacionais das dimensões sociais, culturais, espiritual, econômicas, biológicas ect. Esse regime se materializa nos modelos de natureza das culturas "não ocidentais" que, embora diversos, têm em comum: a) o mundo natural é interligado ao social; b) o território em que convivem os seres humanos, não humanos e espirituais é a base para sua existência e; c) são orientados pelas práticas e conhecimentos locais;
c) *Tecnonatureza*: o projeto genoma humano, as nanotecnologias, clonagem, biologia molecular e alimentos transgênicos representam como a tecnologia está alterando a natureza. Nesse regime, a tecnociência funda uma nova resolução na qual, mais do que nunca, o natural é produto do social. Carrega uma oportunidade de construir novas coalizões e forças, a partir da diversidade que compõem o regime orgânico, como também ser capaz de intensificar a exploração da natureza pelo capitalista.

Esses regimes atuam de forma simultânea e interconectados nos territórios da América Latina (ESCOBAR, 2005). Destaca-se a influência da espiritualidade na natureza orgânica, pois a separação entre seres humanos, não humanos e os espíritos é tênue. Diversas culturas, como as etnias da Organização Indígena da Bacia Amazônica (COICA) pesquisas por Cajigas-Rotundo (2007) na Amazônia colombiana, têm na relacionalidade do mundo espiritual com o natural um aspecto fundamental dos seus modos de vida. Outra consideração importante é a maior relevância dos regimes capitalistas e a tecnonatureza com o avanço globalização.

Influenciado pela intensificação das descobertas tecnológicas que ocorrem desde a metade do século XX, a globalização atualmente alcança repercussão em todo sistema/mundo. Porto-Gonçalves (2018), relaciona seu início com a invasão da América e considera a existência de duas globalizações. A primeira, elaborada "por cima, pelos de cima e para os de cima" é conceituada de globalização neoliberal e faz da natureza fonte de recursos para expandir a lógica colonial/moderno. A segunda, a outra globalização, é construída "de baixo para cima" e

> vem aproximando sindicalistas, ecologistas, mulheres, indígenas, afrodescendentes, camponeses, *rappers,* sem-terra, sem-teto, *okupas,* palestinos, judeus, árabes, mapuches, quíchuas, aimarás, galegos, catalães, bascos, operários, moradores da periferia, mulheres em situação de prostituição, desde Seattle, Gênova, Porto Alegre, Cancun, Índia (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 16).

Percebe-se que essa outra globalização aproxima diversas resistências (de dentro de fora da América Latina), carregadas de energia de descontentamento. A relação com a natureza faz parte desse encontro e por isso pode-se apontar a outra globalização como uma oportunidade na construção da decolonialidade da natureza.

3.1 Interpretando a colonialidade e a decolonialidade da natureza

Assim como fizemos com os conceitos-chaves, elaboramos um quadro (Quadro 2) e um mapa mental (Figura 2) com as principais características e a ideia-força da colonialidade e da decolonialidade da natureza.

Quadro 2 - Características e ideias-força da colonialidade e da decolonialidade da natureza.

Conceito	*Características*	*Ideia-força*
Colonialidade da Natureza	- elemento constitutivo do sistema/mundo colonial/moderno; - surge a partir do giro colonial, especialmente da pilhagens dos bens naturais que colocou a Europa centro do sistema/mundo; - imposição de um único modo de entender e se relacionar com a natureza, pautada na lógica da dominação/exploração; - invisibiliza e desqualifica outras relações com a natureza, os seres (humanos e não humanos) e os conhecimentos; - produz uma natureza colonizada que altera as características biofísicas e as configurações territoriais latino-americanas; - busca controlar os meios de subsistência e sentidos da vida; - impulsiona uma ocupação destrutiva, baseada na exploração e exportação dos bens naturais em benefício de poucos; - carrega um projeto de morte que pode ser considerado a maior catástrofe socioambiental produzida pela humanidade; - os grandes projetos de mineração e as monoculturas agrícolas são exemplos da atuação da colonialidade da natureza na América Latina.	Imposição de uma relação dicotômica na qual **a natureza é objeto a ser dominado/explorado** pela parte da humanidade hierarquizada como superior (homem/ branco/euro-americano/ capitalista).
Decolonialidade da Natureza	- elemento constitutivo do sistema/mundo colonial; - conceito recente e em ebulição. Considera-se a energia de descontentamento e a busca por uma relação outra com a natureza mais importante que o nome atribuído; - parte de um giro natural-decolonial para reconhecer e valorizar os seres (humanos e não humanos), a natureza e a relação entre eles na América Latina; -no giro natural-decolonial, faz das resistências ao colonial/moderno seu ponto de partida; - sendo as resistências heterogêneas, conflituosas e descontínuas, a decolonialidade da natureza é composta por diversas energias de descontentamento; - a defesa de sistemas tradicionais de organização social, como o uso comunitário dos bens naturais, pode ser um ponto união das resistências; - atualmente, se expressa nas lutas contra os projetos de morte, como a mineração e as monoculturas agrícolas; - o caráter planetário dos impactos ecológicos causados pelo lógica colonial/moderna revela a urgência de hibridizar as lutas, saberes e fazeres das resistências, especialmente relacionadas à natureza, (re)construir projetos de vida na América Latina com o oprimido.	Sua ideia-força refere-se a uma energia de descontentamento que se materializa nas lutas das resistências latino-americanas por uma **relação outra com a natureza, pautada na constituição da vida.**

Autores-Chaves	Aníbal Quijano; Arturo Escobar; Carlos Walter Porto-Gonçalves; Catherine Walsh; Fernando Coronil; Hector Alimonda; Juan Camilo Cajigas-Rotundo e; Walter Mignolo.

Fonte: elaborado pelos autores.

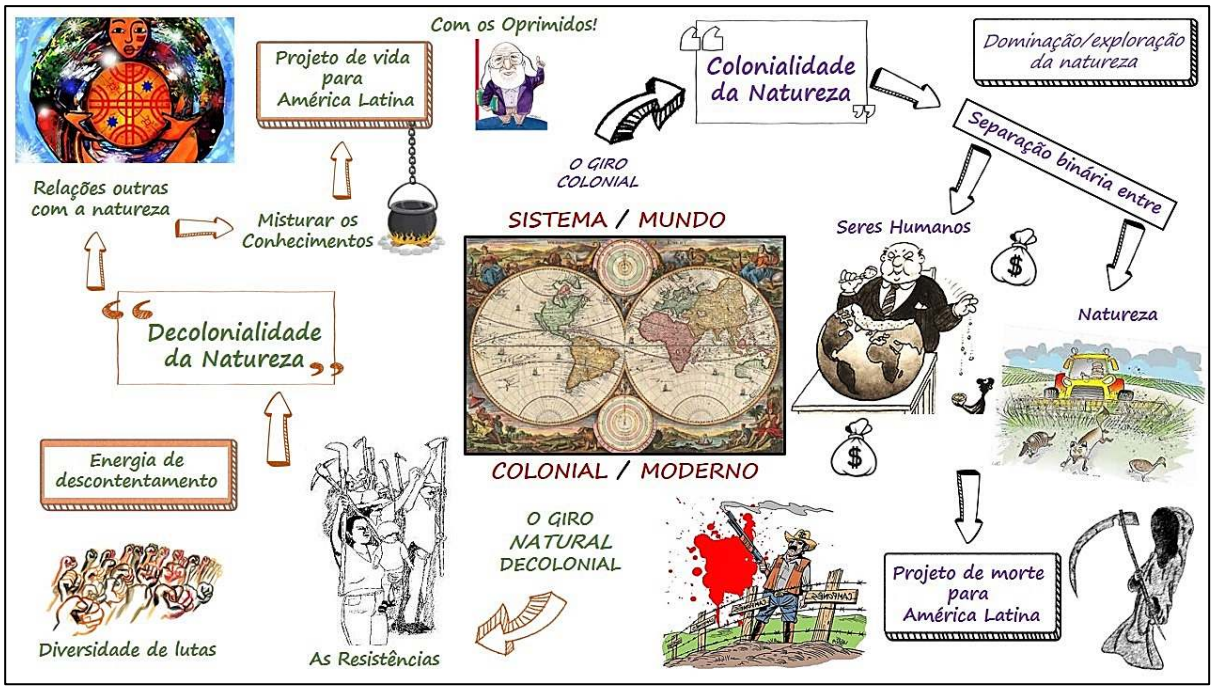

Figura 2 - Mapa mental da colonialidade e da decolonialidade da natureza.
Fonte: elaborado pelos autores, a partir de imagens de domínio público.[4]

A **colonialidade da natureza** é a lógica que justifica a pilhagens dos bens naturais desde o início do giro colonial. Essa lógica busca, em escala global, a imposição de um único modo de entender e se relacionar com a natureza, pautado na dominação/exploração. Esse processo invisibiliza e desqualifica tudo que é assimétrico, sejam os seres (humanos e não humanos), a natureza ou a relação entre eles na América Latina. Tal colonialidade produz uma natureza colonizada que altera as características biofísicas dos ecossistemas e as configurações territoriais das comunidades latino-americanas. Essas alterações acontecem, especialmente, pela exploração dos bens naturais acima da capacidade do planeta em gerá-los, voltada para a

[4] Endereços eletrônicos das imagens utilizadas no mapa mental, iniciando pelo giro decolonial: **As resistências.** Disponível em: https://resistenciacamponesa.com/luta-camponesa/charges-e-desenhos/?print=print. Acesso em: 11 out. 2020; **Diversidade de lutas**. Disponível em: https://qgfeminista.org/tag/capitalismo/. Acesso em: 11 out. 2020; **Relações outras**. Disponível em: https://portafoliopasyaneth1004.wordpress.com/. Acesso em: 11 out. 2020; **Paulo Freire**. Disponível em: http://eduardochavezromero.blogspot.com/2013/10/paulo-freire-el-hombre-que-ensenaba.html. Acesso em: 11 out. 2020; **Seres humanos**. Disponível em: http://centroprodh.org.mx/sididh_2_0_alfa/?p=12408. Acesso em: 11 out. 2020; **Natureza**. Disponível em: http://evivaafarofa.blogspot.com/2019/06/se-e-para-destruir.html. Acesso em: 11 out. 2020; **Morte.** Disponível em: https://favpng.com/png_view/death-education-death-anxiety-drawing-afterlife-png/hbELNVa0. Acesso em: 11 out. 2020; **Fazendeiro Assassino.** Disponível em:hhttps://resistenciacamponesa.com/luta-camponesa/charges-e-desenhos/?print=print. Acesso em: 11 out. 2020; **Mapa sistema/mundo**. Disponível em: https://www.raremaps.com/gallery/detail/15476/planiglobii-terrestris-cum-utroq-hemisphaerio-caelesti-gener-homann. Acesso em: 03 out. 2020.

exportação e o benefício econômicos de poucos. Por isso, pode-se considerar que a colonialidade da natureza carrega um projeto de morte. Atualmente, os grandes projetos de mineração e as monoculturas agrícolas são as atividades que melhor expressam como esse projeto de morte atua na América Latina. **Sua ideia-força é a imposição de uma relação dicotômica na qual a natureza é objeto a ser dominado/explorado pela parte da humanidade hierarquizada como superior (homem/branco/euro-americano/capitalista).**

A **decolonialidade da natureza** é um conceito recente e em ebulição. Emerge de um giro natural-decolonial que busca recontar a história da relação entre ser humano e natureza a partir de uma perspectiva latino-americana. Nesse processo, as resistências ao moderno/colonial são o ponto de partida para se reconhecer e valorizar os seres (humanos e não humanos), os espíritos, a natureza e a relação entre eles. A decolonialidade da natureza é composta por conjunto diverso de energias de descontentamento e estratégias de lutas, muitas vezes contraditórias. A defesa de sistemas de organização social para o uso comunitário dos bens humanos e naturais, frente à investida da mercantilização, pode constituir um ponto de união entre as diferentes resistências. Atualmente, se expressa nas lutas contra os projetos de morte, como a mineração e as monoculturas agrícolas da revolução verde. Em virtude do caráter planetário dos impactos ecológicos do moderno/colonial na natureza, indica como alternativa a hibridização das lutas, saberes e fazeres das resistências por meio de pedagogias decoloniais para, com o oprimido, promover projetos com vida na América Latina. **Sua ideia-força é ser uma energia de descontentamento que se materializa nas lutas das resistências latino-americanas por uma relação outra com a natureza, pautada na constituição da vida.**

4 Considerações finais

Considerando a perspectiva do grupo modernidade/colonialidade para a realidade latino-americana, essa pesquisa identificou sete conceitos-chaves: sistema/mundo colonial/moderno, colonialismo, colonialidade, resistência, decolonialidade, colonialidade da natureza; e decolonialidade da natureza. Esses conceitos fazem parte de dois paradigmas em certa medida contraditórios que coabitam o sistema/mundo.

O primeiro refere-se a um modo civilizatório baseado na dominação/exploração do outro, cuja lógica reside na colonialidade e cuja estrutura de poder mais visível é o colonialismo. Por meio da expansão do moderno/colonial, tenta impor uma única forma de construção de conhecimento, relações comerciais, identidades e relações de gênero e a relação dos seres humanos com a natureza, expresso no termo colonialidade da natureza. Essa colonialidade visa

impor uma relação dicotômica na qual a natureza é objeto a ser dominado/explorado como mercadoria pelo homem/branco/euro-americano/capitalista. Tal processo desqualifica, invisibiliza, domina e explora outras relações com a natureza, resultando em um projeto de morte para a América Latina.

O segundo paradigma, pautado nas resistências historicamente construídas e na energia de descontentamento (decolonialidade), luta pela (re)existência de mundos que transcendam a dominação/exploração do outro. Baseia-se em um giro decolonial para (re)contar a realidade latino-americana a partir do ponto de vista de quem é, tradicionalmente, objeto de desqualificação e dominação. Envolve modos de vidas heterogêneos, descontínuos e conflituosos no espaço e no tempo, mas tem nas mazelas socioambientais causadas pelo colonialismo e pela colonialidade um ponto de partida para união de lutas, saberes e fazeres. O entendimento do que é a natureza e suas relações com o ser humano são diversos, mas baseiam-se na energia de descontentamento que se materializa nas lutas das resistências latino-americana. Embora seja um conceito novo e em ebulição, considera-se que as reflexões preliminares deste ensaio encontraram indícios que a decolonialidade da natureza carrega a utopia de resgatar, visibilizar e fortalecer projetos que promovam vida na América Latina.

Por fim, ao analisar a perspectiva do grupo modernidade/colonialidade, é possível indicar a existência de uma força questionadora como aspecto central de sua natureza. Essa força se manifesta na denúncia do lado obscuro da modernidade e da invasão da América como a gênese do sistema/mundo colonial/moderno, mas é o giro natural-decolonial e a procura em compreender a realidade com o oprimido seu maior símbolo.

Esse movimento problematiza aspectos historicamente tratados como o único e universal caminho da humanidade, gerando questionamentos como: O sistema capitalista é o melhor modelo econômico? Por que todas as relações de gênero precisam ser patriarcais? A hierarquização da espécie humana em raças superiores e inferiores faz sentido? O conhecimento científico deve ser eleito como detentor da verdade sobre todos os temas em qualquer tempo e espaço? A natureza deve ser dominada/explorada pela parte da humanidade hierarquizada como superior, mesmo que isso leve um projeto de morte à boa parte do planeta? Certamente, há mais perguntas, mas tais provocações bastam para simbolizar a potência dessa força questionadora.

E é a partir dessa força questionadora que esse ensaio espera ter contribuído no movimento de *esperançar (*FREIRE, 1981), outras ações e pesquisas para a (re)construção de relações entre seres humanos e natureza que vá além da lógica da dominação/exploração.

Referências

ALIMONDA, Hector. La colonialidad de la naturaleza. Uma aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, Hector. **La naturaleza colonizada**: ecología política y minería en la América Latina. Buenos Aires: CLACSO/Ediciones CICCUS, 2011a, p. 21-60.

ALIMONDA, Hector. **La naturaleza colonizada:** ecología política y minería en la América Latina**.** Buenos Aires: CLACSO/Ediciones CICCUS, 2011b.

BLOCH, Marc. A revolução agrária e a revolução. In: BLOCH, Marc. **A terra e seus homens.** Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru: Edusc, 2001, p. 261-372.

BORDA, Orlando Fals. La investigación-acción en convergencias disciplinarias. In: BORDA, Orlando Fals. **Antología Orlando Fals Borda**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010, p. 359-368.

CAJIGAS-ROTUNDO, Juan Camilo. La biocolonialidad del poder. Amazonía, biodiversidad y ecocapitalismo. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GOSFROGUEL, Ramón (Org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 169-195.

CARNEIRO Fernando Ferreira; AUGUSTO Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO Raquel Maria; FRIEDRICH Karen; BÚRIGO Andre Campos (org.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CORONIL, Fernando. Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber.** Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 24-32.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. Os mercados de escravos africanos recém-chegados às américas: padrões de preços, 1673-1865. **Topoi**, v. 4, n. 6, p. 9-46, 2003.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de outro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidade latinoamericano. **Tabula Rasa**, n. 1, p. 51-86, 2003.

ESCOBAR, Arturo. Depois da Natureza: passos para uma Ecologia Política Antiessencialista. In. PARREIRA, Clélia; ALIMONDA, Hector (org.). **Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas.** Brasília: Editorial Abaré, 2005, p. 17-55.

EWING, Brad; MOORE, David; GOLDFINGER, Steven; OURSLER, Anna; REED, Anders; WACKERNAGEL, Mathis. **The ecological footprint atlas 2010**. Oakland: Global Footprint Network, 2010.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Sérgio Franco. Porto Alegre: L&PM, 2016.

GARNETT, Stephen; BURGESS, Neil; FA, John; FERNÁNDEZ-LLAMAZARES, Álvaro; MOLNÁR, Zsolt; ROBINSON, Cathy Jean; WATSON, James E. M.; ZANDER, Kerstin; AUSTIN, Beau; BRONDIZIO, Eduardo S.; COLLIER, Neil French; DUNCAN, Tom; ELLIS, Erle C; GEYLE, Hayley M.; JACKSON, Micha; JONAS, Harry; MALMER, Pernilla; MCGOWAN, Nen; SIVONGXAY, Amphone; LEIPER, Ian. A spatial overview of the global importance of Indigenous lands for conservation. **Nature Sustainability**, v. 1, n. 7, p. 369–374, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, Volume 1**. Edição e Tradução COUTINHO, Carlos Nelson (co-edição); HENRIQUES Luiz Sérgio; NOGUEIRA Marco Aurélio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia políticas e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010, p. 455-491.

GUHA, Ramachandra. El ecologismo de los pobres. **Ecología Política**, n 8, p. 137-151, 1994.

HERRERA, Guilermo Castro. **Naturaleza y sociedad en la historia de América Latina**. Panamá: CELA, 1996.

INTERGOVERNAMENTAL PANEL OF CLIMATE CHANGE (IPCC). **Climate change 1995:** the science of climate change. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1996.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura:** a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MALLON, Florencia. Promesa y dilema de los Estudios Subalternos: Perspectivas a partir de la historia latino-americana. In: RODRÍGUEZ, Ileana (org.). **Convergencia de tiempos.** Estudios subalternos / contextos latinoamericanos. Estado, cultura, subalternidad. Ámsterdam: Rodip, 2001, p. 117-154.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber.** Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 24-32.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial.** Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Bogotá, 2007.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.32, n. 94, p.1-18, 2017.

MOTA NETO, João Colares. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina:** reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. Curitiba: CRV. 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p.11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, v. 37, n. 17, p. 4-28, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e a classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010, p. 32-84.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, v. 134, p. 583-592, 1992.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **La flexión decolonial:** fuentes, conceptos y cuestionamientos. Colombia: Popayãn- Universidaddel Cuenca, 2010.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TOLEDO, Victor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural:** a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno. Vol. I:** a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização Capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

WALSH, Catherine. **La educación Intercultural em La Educación**. Peru: Ministerio de Educación, 2001.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nomadas**, n. 26, p. 102-113, 2007.

WALSH, Catherine: Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina:** entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (VWH). **Annual Report 1998-VWH N. 895**. Geneva/Switzerland: Secretariat of the World Meteorological Organization, 1999.

Data de recebimento: 17.02.2021

Data de aprovação: 22.03.2021